



# Câmara Municipal de Birigüi

Estado de São Paulo

Birigui – 6 de junho de 2024.

Parecer: 73/2024

**Solicitante: André Luis Moimas Grosso**

Presidente da Câmara Municipal de Birigui

**Assunto: Projeto de Resolução 3/2024 – “NORMATIZA NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL A DISTRIBUIÇÃO ENTRE OS VEREADORES DE VIAS PÚBLICAS, LOGRADOUROS, BAIRROS, VILAS, PRAÇAS, EDIFÍCIOS E OBRAS PÚBLICAS PARA DENOMINAÇÃO”.**

Senhor Presidente:

Conforme determinado por Vossa Excelência, estamos enviando parecer sobre o projeto em epígrafe, de autoria do Vereador Valdemir Frederico que normatiza no âmbito da Câmara Municipal de Birigui a distribuição entre os vereadores de vias públicas, logradouros, bairros, vilas, praças, edifícios e obras públicas para denominação. Projeto registrado no Protocolo Geral desta Casa sob número 1330/2024, em 16 de abril de 2024. Despachado para parecer em 16 de abril de 2024. Recebido para parecer em 16 de abril de 2024.

## I – Do Projeto.

Projeto de resolução que diz respeito ao projeto de lei complementar nº 5/24, em relação ao departamento responsável do Executivo enviar para a Câmara Municipal documentação relacionada a futuros loteamentos com o objetivo de distribuição aos parlamentares para dar denominação.

Câmara Municipal de Birigui - SP  
PROTÓCOLO GERAL 1940/2024  
Data: 06/06/2024 - Horário: 16:03  
Legislativo - PARJU 73/2024



# *Câmara Municipal de Birigüi*

*Estado de São Paulo*

Se encontra ilegal o projeto em análise em decorrência da ilegalidade do projeto de lei complementar nº 5/24 por invasão de competência do poder Executivo.

Assim como a matéria objeto é a mesma, mas através da resolução possui o objetivo de tratar da organização interna do Legislativo em relação ao recebimento e distribuição da respectiva documentação, a resolução acaba perdendo seu objeto.

### **III - Do Parecer Jurídico.**

O parecer jurídico, ressalvada as hipóteses onde a lei determina seu caráter vinculativo, é uma peça técnico-opinativa não vinculativa de assessoramento parlamentar, não afastando critérios de oportunidade e conveniência inerentes ao exercício do mandato eletivo, nos termos da ADPF 412, do C. Supremo Tribunal Federal.

### **IV – Da Conclusão.**

Assim, opinamos pela ilegalidade e constitucionalidade da propositura, submetemos o presente à alta consideração de Vossa Excelência, e aos demais membros da Casa.

É o parecer.



Fernando Baggio Barbieri  
Advogado Público  
OAB/SP nº 298.588